

UMA CAMPANHA

1232 RUBEM BRAGA

UM industrial chamado Bertazzo, no interior de Santa Catarina, resolveu pagar mais uma hora de serviço a seus operários que frequentam a escola. Uma senhora, dona Jandira, em Barbacena, comprou um terreno a prestações para fazer uma escola de adultos. Um prefeito, o de Bragança, em São Paulo, deu seus vencimentos para manter três cursos. Um sargento do Território do Acre escreve pedindo cartilhas e material escolar para 20 alunos que juntou voluntariamente. O sr. Antenor, em Padre Miguel, Distrito Federal, construiu um barracão no quintal para servir de escola...

Esses montes de cartas, vindas de todos os pontos do Brasil, pelo qual passo os olhos no Serviço de Educação de Adultos, mostra que essa campanha está andando e crescendo. Não se trata apenas dos 15 mil cursos para os quais o Governo Federal contribui com auxílio para pagamento de professora, material didático, e orientação geral — e cujos resultados controla. Os cursos abertos por voluntários são mais de 3 mil, e esses tudo o que pedem é material escolar e orientação geral. E os governos de alguns Estados avisam que esse esforço para a educação de adolescentes e adultos começa a influir sobre a educação das crianças. Os pais que aprendem a ler querem que seus filhos também aprendam; não só reclamam escolas como passam a fazer com que os meninos as frequentem.

Nos dois últimos anos cerca de 1.200.000 pessoas frequentaram os cursos da campanha. E' possível, é quase certo, que muitos erros tenham sido cometidos em um trabalho desses, enorme, lançado em escala nacional. Mas a experiência está mostrando que não tinham razão os críticos que acharam ruim que se desviasse, para a educação de adolescentes e adultos, uma quinta parte do Fundo Nacional de Ensino Primário.

O rendimento desse dinheiro é excelente; essa campanha representa, na realidade, na maioria dos casos, o aproveitamento, neste país de verbas de educação tão curtas, de coisas que sempre desperdiçamos: as instalações escolares e os professores, uns e outros postos agora a funcionar em horários extra e, por isso mesmo, com despesa mínima.

Os professores primários que lutam com a incompreensão dos pais analfabetos, os médicos das favelas e do interior que enfrentam, na ignorância terrível do povo a melhor aliada da miséria, ao lutarem contra os fatores de mortalidade infantil e das endemias mais vulgares que são as que mais gente inutilizam no Brasil — esses entendem a campanha. Entendem-na também os patrões que precisam de trabalhadores mais esclarecidos, capazes de progredir, e não simples bestas de carga. Não a entendem os curtos de vista, os que pensam que o trabalho no campo ou na cidade deve ser baseado na exploração da ignorância, na exploração desse menor vitalício que é o analfabeto, incapaz de conhecer seus direitos ou de exercê-los.

Há tempos uma organização controlada por um partido político abriu um curso para adultos, em um edifício em obras de Copacabana. Desceram do morro centenas de homens e mulheres para aprender. A escola improvisada, que naturalmente foi fundada com intuítos políticos, não existe mais. Mas mostrou, pela sua frequência enorme, que o povo tem sede de aprender; cada um daqueles indivíduos esperava melhorar, ali, seu próprio nível de vida.

Não sou especialista em elogios a coisas do governo. Mas vejo em minha própria terra, no estímulo que deu a princípio e na ajuda concreta que dá hoje ao esforço de Zilma Coelho Pinto, a utilidade enorme dessa campanha nacional. Ela pode e deve ser criticada no que acaso tiver errado. Mas só se pode bater contra a existência e continuação dessa campanha quem estiver muito mal informado ou movido por má vontade completa — ou quem achar que a grande massa do povo brasileiro deve continuar a trabalhar na meia escravidão do analfabetismo — o indivíduo enfêrmo, o trabalhador ineficiente, o cidadão incapaz, explorado e iludido.

2.4.49

185